



RIQUEZA E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: O PROGRAMA CULTURA VIVA E OS DIÁLOGOS COM A AMÉRICA LATINA

*RIQUEZA Y RETOS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: PROGRAMA
CULTURA VIVA Y DIÁLOGOS CON AMÉRICA LATINA*

*WEALTH AND CHALLENGES OF CULTURE PUBLIC POLICY- THE CULTURA
VIVA PROGRAM AND DIALOGUES WITH LATIN AMERICA*

Lia Calabre¹ 

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Resumo: O presente artigo pretende revisitar alguns dos elementos referentes aos dez primeiros anos do Cultura Viva (2004-2014) dentro do conjunto das políticas públicas de cultura brasileiras, assim como analisar parte dos processos de diálogo, “contaminação” e interação das ideias do Programa com outras políticas públicas de cultura da América Latina. Essa, certamente, pode ser apontada como uma das mais importantes experiências de diálogo e ação cultural que marca o início do século XXI nesse lado do hemisfério sul do planeta. O Programa nasce em 2004 com a ideia básica de fomentar por um determinado período iniciativas culturais já realizadas nas diversas comunidades, nas áreas periféricas ou, ainda, voltadas para o atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade social. Em 2014, quando o Programa Cultura Viva completou dez anos, havia “transbordado” para além das fronteiras do país. Esta análise se dá a partir de uma série de relatórios e documentos disponíveis, que permitem a recomposição da trajetória trilhada nacional e internacionalmente.

Palavras-chave: Programa Cultura Viva; Pontos de Cultura; Cultura Viva Comunitária; Políticas Públicas de Cultura; América Latina.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo revisar algunos de los elementos relacionados con los primeros 10 años del Programa Cultura Viva (2004-2014) dentro del conjunto de políticas públicas culturales brasileñas, así como analizar parte de los procesos de diálogo, ‘contaminación’ y

¹ Doutora em história. Pesquisadora e professora do PPG Memória e Acervos – FCRB; professora do PPG Cultura e Territorialidades – UFF e do MBA de Gestão e Produção Cultural da UCAM. E-mail: liacalabre@gmail.com

interacción de las ideas del Programa con otras políticas pública de cultura en América Latina. Esta experiencia ciertamente puede señalarse como una de las más importantes de diálogo y acción cultural que marca el comienzo del siglo 21 en este lado del hemisferio sur del planeta. El Programa nace en 2004 bajo la idea básica de promover iniciativas culturales ya existentes en las diversas comunidades, en las zonas periféricas, o inclusive por colectivos en situación de vulnerabilidad social. En 2014, cuando el Programa Cultura Viva cumplió 10 años, ya se había “desbordado” más allá de las fronteras del país. Este análisis se basa en una serie de informes y documentos disponibles que permiten recomponer su trayectoria nacional e internacional.

Palabras clave: Programa Cultura Viva; Puntos de Cultura; Cultura Viva Comunitária; Políticas Públicas de Cultura; América Latina.

Abstract: This article aims to revisit some of the elements related to the first ten years of Cultura Viva (2004-2014) within the set of public policies for Brazilian culture, as well as analyze part of the process of dialogue and interaction of the Program`s ideas within other public policies of culture in Latin America. This, certainly, can be pointed out as one of the most important experiences of cultural action that marks the beginning of the 21st century in Latin America. The Program was created in 2004 with the basic idea of promoting a cultural initiative that has already carried out in different communities, in the peripheral areas, or aimed to assist groups in situations of social vulnerability for a certain period. In 2014, when the Cultura Viva Program celebrated its 10th anniversary, it had overflowed beyond the country`s borders. The analysis takes place from a series of documents available, which allow the reconstruction of the trajectory trodden nationally and internationally.

Keyword: Cultura Viva Program; Points of Culture; Community Living Culture; Culture Public Policies; Latin America

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.185303](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.185303)

*Recebido em: 02/05/2021
Aprovado em: 29/06/2022
Publicado em: 03/07/2022*

1. Introdução

Os olhares e as abordagens sobre o Programa Cultura Viva e, mais especificamente, sobre os pontos de cultura desenvolvidos no Brasil podem ser tão diversos quanto foram as ações desenvolvidas no âmbito do mesmo. Em sua natureza dinâmica, o Programa extrapolou as fronteiras do

país, dinamizando e ampliando uma série de diálogos, já existentes, entre os grupos culturais e artísticos da América Latina. O presente artigo pretende revisitar alguns dos elementos referentes aos dez primeiros anos do Cultura Viva (2004-2014) dentro do conjunto das políticas públicas de cultura brasileiras, assim como analisar parte dos processos de diálogo, “contaminação” e interação das ideias do Programa com outras políticas públicas de cultura da América Latina. Essa, certamente, pode ser apontada como uma das mais importantes experiências de diálogo e ação cultural que marca o início do século XXI nesse lado do hemisfério sul do planeta. Um conjunto significativo de estudos, pesquisas e artigos, originários de diversos países da América Latina, apontam o programa brasileiro como o indutor de um movimento de criação de políticas culturais de base comunitária, que envolveu tantos os grupos de cultura comunitária já existentes, quanto muitos dos governos da região. Para tanto, foram utilizados os documentos que deram origem e regularam o Programa;² depoimentos e declarações presentes nos anais dos diversos encontros e seminários nacionais e internacionais ocorridos,³ em especial, na Colômbia e na Bolívia; pesquisas de avaliação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e, alguns estudos já realizados sobre o Cultura Viva Comunitária em suas diversas versões e nacionalidades (BLANDÓN CARDONA, 2012; SANTINI, 2017; WORTMAN, 2017; SÁNCHEZ SALINAS; FERNÁNDEZ, 2021; FUENTES FIRMANI, 2018, CASTRILLÓN ROLDÁN, 2012). O início do governo do Presidente Luiz Inácio *Lula* da Silva, em 2003, é um marco na história da construção de políticas culturais democráticas no Brasil. O país vinha de um período de ditadura civil-militar (1964-1985), imediatamente seguido por mais de uma década de governos de tendência neoliberal, resultando no desmantelamento de projetos e de

² Os documentos que originaram o Programa são: Portaria de Criação do Programa Cultura Viva (nº156), Ministério da Cultura: Brasília, julho de 2004; Edital de divulgação nº1, Ministério da Cultura: Brasília, 16 de julho de 2004; Catálogo Cultura Viva. Ministério da Cultura: Brasília, 2005; e , Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Catálogo integrante do Projeto Memória Viva da Secretaria da Cidadania Cultural. Ministério da Cultura. Brasília, 2010.

³ *I Seminário do Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura*. Rio de Janeiro: 2009. Fundação Casa de Rui Barbosa; ECO/UFRJ e SCC-Minc; *II Congresso de Cultura Ibero-Americana*. São Paulo. Ministério da Cultura; Sesc São Paulo, 2009; *1º Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária*. Bolívia. La Paz. 2013; e *Foro Nacional Cultura Comunitária*. Colômbia. Medellín, 2012.

instituições públicas, muitos deles, inclusive, criados nos períodos de exceção democrática.

Trajetória histórica muito semelhante foi vivenciada por alguns dos países vizinhos. A última década do século XX, foi um momento no qual a ação do Estado foi reduzida como um todo e a área da cultura duramente afetada, submetida – e mesmo relegada - às leis de incentivo regidas por lógicas mais afeitas ao mercado. Em 2003, com o início da gestão do Ministro Gilberto Gil, o país vivenciou a implementação de um projeto de construção de uma política cultural em bases democráticas e participativas, que contribuiria para colocá-lo em uma situação de destaque nos campos da democratização e da cidadania cultural. A noção de “cidadania cultural” adotada na gestão do Ministro e pelo Programa, com a qual o presente artigo dialoga, tem por base algumas das reflexões produzidas pela filósofa Marilena Chauí. A filósofa afirma que uma gestão baseada nos princípios da cidadania toma a cultura como direito dos cidadãos, mas sem os confundir com as figuras do consumidor e do contribuinte, se recusando a “divisão populista entre cultura de elite e cultura popular”, e, mais do que isso, “ênfatisando outra diferença, aquela entre a produção cultural conservadora, repetitiva e conformista [...] e o trabalho inovador, experimental, crítico e transformador”. (CHAUÍ, 2006, p. 68)

Nos anos 2000, o país passa a experimentar um movimento de incorporação efetiva da noção do direito à cultura pela gestão pública – como estava garantido na Constituição Federal desde 1988, e replicado em algumas constituições estaduais e em muitas das leis orgânicas municipais.⁴ Para tanto, desde 2003, foram sendo construídas ferramentas e instrumentos visando à efetivação de tal direito, entre os quais se pode destacar: o Sistema Nacional de Cultura (2012) e o Plano Nacional de Cultura (2010-2020).

⁴ Por exemplo: Constituição Estadual da Bahia, Art. 269; Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, Art. 220; Lei Orgânica de Manaus, Art. 331; Lei Orgânica de São Paulo, art. 191; entre outros.

O Ministério da Cultura (MinC)⁵, logo em 2003, passou por uma forte reformulação em sua estrutura organizacional, tendo sido criadas secretarias destinadas a: diversidade e identidade cultural; articulação institucional; políticas culturais, financiamento à cultura; e programas e projetos culturais (logo transformada em Secretaria de Cidadania Cultural e, algum tempo depois em Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural). Esta última foi a responsável pelo lançamento do Programa Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva que obteve um grande destaque entre as ações do Ministério, em especial, por atender a uma parcela da população que, em sua grande maioria, nunca havia acessado recursos públicos.

Em 06/07/2004, foi estabelecida a Portaria Ministerial nº 156, que criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA, com o objetivo de: “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade”. O Programa era destinado prioritariamente: à população de baixa renda; a estudantes da rede básica de ensino; a comunidades indígenas, rurais; a agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural, aos quais foram acrescentados, através da Portaria nº 82, de 2005, quilombolas, gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais. A forma de acesso aos recursos do Programa se daria através de: “editais de divulgação que convidem organizações privadas sem fins lucrativos e instituições públicas, legalmente constituídas que desenvolvam ações culturais e sociais, a apresentar propostas de participação e parceria nas diferentes ações do mesmo”. (MinC, Portaria nº 156) A Portaria é simples e sintética. A aplicação e os desdobramentos do Programa Cultura Viva, rapidamente, ganharam dimensões efetivamente nacionais.

⁵ O Ministério da Cultura do Brasil foi criado em 1985. Em 1990 foi transformado em Secretaria Especial de governo sendo recriado em 1982. Vivenciou um período de expansão das atividades e de abrangência das políticas implementadas. Com o golpe contra a Presidente Dilma Rousseff, em 2016, tomou posse Michel Temer que extinguiu o Minc, mas, devido às pressões da área artística e cultural, o recriou alguns dias depois. Com o início do governo Bolsonaro (2019-2022), o Ministério da Cultura foi imediatamente extinto, transformado em Secretaria Especial da Cultura. Inicialmente passou a integrar o Ministério da Cidadania e, em novembro de 2019, passou para a pasta do Turismo.

A ideia básica do Programa era a de fomentar por um determinado período iniciativas culturais já realizadas nas diversas comunidades, nas áreas periféricas ou, ainda, voltadas para o atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade social. As instituições eram reconhecidas como “pontos de cultura” e, a partir de um edital, acessariam recursos públicos por um período de três anos. O Programa gerou um processo de reconhecimento de uma imensidão de atividades, saberes e fazeres, de certa forma, antes invisíveis para o governo. Porém o Cultura Viva também acumulou um conjunto de problemas gerados pela própria estrutura rígida da prestação de contas na utilização de recursos públicos e pela dificuldade de que, findo o prazo do convênio, o fluxo de recursos financeiros fosse mantido ou renovado.

Em 2014 o Programa Cultura Viva completou 10 anos e havia “transbordado” para além das fronteiras do país. Aquele era um momento no qual o continente vivenciava a presença de inúmeros governos de tendência à esquerda, mais progressistas e com visadas que buscavam minorar a situação de imensa desigualdade social existente na América Latina. Um momento de um olhar mais cuidadoso por parte dos que estavam no governo para a diversidade cultural da região e de ações de reconhecimento dos diversos saberes e fazeres culturais.

É importante ressaltar que o texto final da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, de 2005, foi aprovada por todos os países da América Latina⁶. Ela representou um largo avanço na direção da consolidação dos direitos culturais e no compromisso dos países com o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural – expressão potente nos movimentos ligados ao Cultura Viva no conjunto do continente. Segundo o estudioso de direitos humanos Meyer-Bisch:

A diversidade cultural não é um fim em si mesma, no entanto é um recurso a ser preservado. O exercício dos direitos e das liberdades e

⁶ Segundo o Observatório de Diversidade Cultural, em artigo de 2015 por ocasião dos 10 anos da Convenção, os únicos países que não ratificaram a assinatura da Convenção da Diversidade Cultural foram o Suriname, a Ilha de São Cristóvão e Nevis. Ver mais em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/noticias/10o-aniversario-da-convencao-unesco-2005-sobre-diversidade-cultural-reflexoes-em-transicao-na-argentina/>. Acesso em: 20 jun. 2022

responsabilidade culturais constitui o fim e também o meio dessa preservação e desse desenvolvimento, pois significa que cada um pode participar dessa diversidade, dela extraindo recursos e contribuindo para seu enriquecimento. A proteção mútua da diversidade e dos direitos culturais, por e para os direitos culturais forma um novo paradigma político que permite reatar os recursos dispersos e, por isso, ele exerce um efeito desencadeador da paz e do desenvolvimento por meio da instauração progressiva de sociedades aprendedoras (sic). (MEYER-BISCH, 2011, p. 31).

2. O Programa Cultura Viva: trajetória e percalços

O Programa Cultura Viva tem a ação Ponto de Cultura como prioritária e central, mas é composto por um conjunto de ações. Originalmente o Programa foi construído contando com a ação Agentes Cultura Viva, o projeto Escola Viva e o programa Cultura Digital. A esses, se somaram a Ação Griot, os Pontões de Cultura, os Pontos de Memória e os Pontinhos de Cultura.

Ponto de Cultura era a denominação atribuída a organização e/ou instituição selecionada através de edital público e que assinava um convênio para o recebimento dos recursos⁷ – essa era a denominação e definição mais formal e burocrática, pois todos os que concorrem ao edital são, em sua essência, pontos de cultura, só não haviam recebido essa chancela do MinC⁸. No sentido mais filosófico do programa, o Ponto de Cultura é conceituado como “uma pequena marca, um sinal, um ponto sem gradação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural” (MINC, s.d., p. 20) e o documento complementa qual seria o papel do mesmo: “como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, destas entre si” (p. 20).

O Ponto de Cultura não tem um modelo único, ou um conceito pré-determinado – a ser aplicado ou cumprido – seja no que tange às ações

⁷ Denominação que passou a ser utilizada também pelos programas de Cultura Viva Comunitária que se espalharam pelo Continente.

⁸ A Lei Cultura Viva (da qual falaremos mais à frente) vai permitir a autodeclaração dos pontos de cultura e o MinC, antes da sua extinção no governo Bolsonaro, havia começado a implementar um processo de reconhecimento desses pontos autodeclarados.

realizadas, seja na estrutura física, permitindo uma grande flexibilidade nos processos de seleção das instituições que vieram a ser contempladas pelo Programa. O critério de seleção está baseado na ação cultural já realizada por aquele que se candidata a ser um Ponto de Cultura conveniado com o governo e que vai integrar uma rede de criadores e gestores de cultura. Um elemento fundamental na base do Programa foi o da criação de redes entre os Pontos de Cultura – que de certa forma contribuiu e incentivou o diálogo com instituições da mesma natureza de outras regiões da América Latina. A Portaria Ministerial de criação do Programa previa, dentro do valor do repasse de recursos ao conveniado, a entrega de um *kit* de cultura digital – que é a segunda ação prioritária do programa, devendo o equipamento estar presente em todos os pontos. A ação da cultura digital enfrentou muita resistência de uma parte dos conveniados, dada a natureza do trabalho que desenvolviam. Segundo a avaliação realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dos 100 Pontos de Cultura entrevistados em 2007 e em 2008, somente 61 aderiram à ação cultural digital. (SILVA; ARAÚJO, 2010. p.67). Porém, ao longo do tempo se mostrou indispensável para o processo de construção das redes, tanto para a atuação em nível federal, quanto para o transbordamento das fronteiras e limites geográficos vividos pelos Pontos de Cultura.

O Programa foi inovador no foco da ação e na abrangência, tornando-se uma espécie de laboratório de novas experiências de possibilidades de políticas públicas no campo da cultura, potencializando práticas culturais locais, criando possibilidades de ampliação das atividades, dos diálogos e intercâmbios tanto entre governo e sociedade civil quanto entre os próprios grupos da sociedade, estabelecendo, inclusive, relações com outras áreas de políticas públicas. A expressão ampliação, aqui utilizada, diz respeito tanto à intensidade da realização das ações culturais, quanto à participação do número de pessoas envolvidas nas atividades, chegando à questão da circulação dos produtos. É importante assinalar que a expressão produto aqui empregada respeita ao resultado de um trabalho ou atividade ao qual se pode, ou não, atribuir valor de mercado, um valor

monetário. O Cultura Viva, em geral, gerou o crescimento e o desdobramento das atividades das instituições conveniadas.

Dentro do conjunto dos Pontos de Cultura podem ser encontradas ações que envolvem as mais diversas linguagens artísticas – música, teatro, artes plásticas, dança, etc. – e os mais diferentes saberes e fazeres, trabalhados a partir de visões e lógicas operativas que vão desde as formas mais seculares dos fazeres culturais até às mais contemporâneas. O Maracatu e o coco convivem com o *hip hop* e o *street dance*; a banda de pífanos com a discotecagem; a xilogravura com o *e-text*⁹; as gravuras com os filmes feitos no celular; as aldeias com os centros urbanos; todos – ainda que com maior ou menor intensidade – participando tanto de redes virtuais quanto dos encontros presenciais, nas mais diversas regiões do país (e mesmo fora dele).

O Programa surgiu como uma excelente oportunidade de ampliação do campo de ação e de visibilidade de diversas dessas atividades culturais, além de gerar a possibilidades de novos diálogos e trocas de experiências em âmbito nacional e internacional. É um Programa de sucesso que revelou uma série de Brasis¹⁰ que não nunca estiveram “nas telas da tv” (ainda hoje o principal lugar através do qual parte significativa da população brasileira se conhece e se reconhece).

Um dos grandes desafios que se apresentava aos gestores públicos de cultura era o de como trabalhar com essa força criativa, que foi, até então, mantida fora do campo das políticas públicas¹¹. Em sua dissertação de mestrado, Deborah Lima (2013) nos alerta para o fato de que os documentos oficiais, produzidos pelo Estado, são insuficientes para se obter conhecimento mais aprofundado sobre as lógicas que regem o Programa Cultura Viva e que a “construção do ideário dessa política é baseada em diversos discursos: poéticos, políticos, acadêmicos e

⁹ Há disponível hoje na internet além dos antigos cordéis impressos - que vêm sendo digitalizados -, produções de cordel já realizadas no meio digital. Ver: BRANT (2013).

¹⁰ Uma alusão a um outro programa do Ministério da Cultura, no governo do Presidente Lula, chamado Revelando os Brasis. Uma iniciativa na área da produção audiovisual para municípios com menos de 20 mil habitantes.

¹¹ No tocante às manifestações tradicionais da cultura popular, muitos governantes mantiveram algumas práticas clientelistas de apoio às mesmas, inclusive fornecendo infraestrutura para as festas em troca de apoio político e eleitoral em meio a uma ausência de elaboração de políticas públicas de cultura efetivas para a área.

societários”. (LIMA, 2013, p. 72). O Programa traz em sua essência os conceitos de autonomia e empoderamento. Foi construído de maneira a permitir o livre gerenciamento das atividades pelos proponentes da sociedade civil¹². Vários autores e analistas (SILVA; ARAÚJO, 2010; IPEA, 2011; LIMA, 2013).chamam a atenção para um dos efeitos mais destacados do programa e que tem aspectos tanto positivos, quanto negativos: o do encantamento causado pelos discursos que envolvem e definem o Programa.

Os gestores do Ministério, com destaque especial para o Secretário Célio Turino, foram ousados e habilidosos no processo de construção das normativas do Programa pois havia uma série de riscos e desafios burocráticos a enfrentar. Fizeram isso envolvendo o processo em uma narrativa de potência, de reconhecimento da cidadania cultural, valorizando a diversidade, contribuindo para um processo de “proteção mútua da diversidade e do direito cultural, por e para o direito”, como afirmou Meyer-Bisch (2011).

Voltando para a operacionalização das atividades, nos editais do Programa está previsto como pré-requisito para a inscrição o desenvolvimento já efetivo de atividades culturais pelo candidato, sem pré-definir ou limitar as modalidades das mesmas. A forma da utilização dos recursos está diretamente vinculada à proposta de atividades apresentada no projeto.

Os maiores problemas para os gestores dos pontos de cultura surgem no final do convênio, ou nos momentos de prestação de contas, muitas vezes com a não aprovação destas, pois a ferramenta de conveniamento é pouco flexível a alterações na alocação de recursos após o início do projeto

Como nos conta Célio Turino¹³, havia “de um lado, uma parte do governo tentando abrir brechas de diálogo e parceria com as forças vivas

¹² Apesar de descontinuado pelo governo Federal, em alguns estados e municípios o programa ainda está em funcionamento, muito em função dos recursos que foram repassados para estados e municípios e ficaram por motivos diversos retidos e que estão sendo utilizados. Agora em 2020, o município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, realizou um edital e conveniou novos Pontos

¹³ Célio Turino foi o idealizador do Programa Cultura Viva ao assumir a Secretaria de Programa e Projetos. Havia uma interação muito grande na equipe do Ministro Gil e um desejo de dar efetividade a imagem do Ministério aplicando seções de *Do-In* antropológico no conjunto do país visando a tratar das enfermidades históricas existentes.

da sociedade; de outro, parte do mesmo governo arraigada a velhos hábitos e preconceitos”. (TURINO, 2010, p. 161). O gestor alerta, ainda, para o fato de que o processo de tensão gerado pela elaboração de um programa que foge às regras da organização do Estado, a lógica daqueles que primeiro se apropriaram da máquina pública, terminou gerando tensões, que não foram resolvidas e que poderiam vir (como foi o caso)¹⁴ a comprometer a continuidade do Cultura Viva e de qualquer outro programa inovador.

Um outro elemento importante a ser levado em consideração no processo de elaboração de políticas e programas públicos não convencionais, ainda segundo Célio Turino (2010), é o fato de que “do mesmo modo que o Estado revela-se permeável (mas com muita resistência) aos movimentos sociais, a sociedade também enfrenta contradições, ela não é homogênea” (p. 161). Fazendo uma rápida digressão, assistimos no Brasil, e em vários países da América Latina, um movimento dos grupos sociais conservadores, de direita (e mesmo de centro), a partir de 2015, de busca pela retomada do controle completo do Estado. Tendo como consequência o desmantelamento de várias das políticas inovadoras e compensatórias – tanto daquelas construídas nos anos 2000, quanto algumas oriundas de históricas lutas e conquistas sociais do século anterior. As resistências a serem quebradas na implantação de programas inovadores voltados a parcelas da população secularmente subalternizadas, que nunca receberam recursos diretos, e com autonomia do Estado são inúmeras.

3. Transbordamento e resistência

Potencializar, valorizar, reconhecer publicamente a importância de uma dada atividade ou laboração são ações determinantes para a efetivação de mais um dos princípios básicos do Programa que é o do

¹⁴ O aprofundamento das discussões sobre a crise da gestão do Programa Cultura Viva não é objeto do presente artigo. Para mais informações ver autores como: Alexandre Barbalho e Jocastra Bezerra (2015); Albino Rubim (2021) e Célio Turino (2013).

empoderamento. Dentro de uma sociedade desigual, capitalista, na qual, cada vez mais, nos tornamos cidadãos a partir da nossa capacidade de consumo, como sugeriu Nestor Garcia Canclini (1992) há mais de duas décadas, ações que reconheçam o valor das atividades culturais ditas periféricas são fundamentais. Parte significativa das sociedades latino-americanas ainda está muito marcada, no plano das mentalidades, por uma herança colonial de dominação, na qual o externo, o “civilizado”, o desenvolvido, o outro, é melhor do que o nosso. A relação de centro / periferia se reproduz tanto nos micros quanto nos macroambientes ou regiões e, no caso das atividades culturais, o papel cumprido pelos meios de comunicação de cancelar o que deve ser valorizado e consumido tem um peso muito significativo. Existe um Brasil real e um outro que é fruto do discurso midiático que interfere nos processos de reconhecimento e valorização cultural.

O processo de reconhecimento do valor de uma atividade pelo Ministério da Cultura do Brasil, através da assinatura de um convênio ou da concessão de um prêmio, termina agregando um significativo simbólico que valoriza esse fazer. Os objetivos do Cultura Viva, sempre pretenderam ir muito além do fornecimento de chancelas de valor e reconhecimento. O Ministério da Cultura se impôs o desafio de contribuir para o processo de autorreconhecimento e autovalorização desses fazeres e saberes culturais, para o processo de “desesconder” o Brasil.

O Programa Cultura Viva muito cedo tornou-se um exemplo, uma referência sobre a qual se debruçaram tanto os gestores quanto os estudiosos nacionais e internacionais. A experiência se mostrava muito potente, capaz de mobilizar os mais diversos atores sociais e promover diálogos e intercâmbios, com um destaque especial para os países da América Latina (mas não só). Alguns Pontos de Cultura já mantinham articulações com as redes de cultura comunitária dos países vizinhos. Segundo Emiliano Fuentes Firmani, a iniciativa de fomentar uma política cultural regional baseada no Cultura Viva ganhou efetividade em 2009, em Belém, durante o Fórum Social Mundial. (FUENTES FIRMANI, 2018, p. 204).

No ano anterior, em 2008, em Brasília, durante o Festival Cena Contemporânea – um importante festival internacional de artes cênicas –, havia sido criada a Articulação Latino-americana de Cultura e Política (ALACP). Foi no encontro convocado pela Articulação, dentro das atividades do Fórum Social Mundial, que os pontos de cultura brasileiros ali presentes trocaram informações e experiências de trabalho com redes e organizações culturais de diversos países da América Latina. As articulações para a expansão de desenho do Programa Cultura Viva pela América Latina, também vinham ocorrendo nos encontros de Ministros e nas discussões do Mercosul (com um recorte para a cultura) (FUENTES FIRMANI, 2018, p. 204-208).

Retornando ao contexto histórico brasileiro, com o fim do governo do Presidente Lula e a eleição da Presidenta Dilma, o Programa Cultura Viva passou a vivenciar uma série de problemas dentro do próprio Ministério da Cultura. O Programa havia crescido muito e os recursos começaram a ser descentralizados para estados e municípios. Porém, alguns dos problemas surgidos desde seu início, ainda não haviam sido sanados. Tal conjuntura criou tanto uma série de entraves junto a área jurídica para aprovação de novos editais, quanto a ocorrência de uma sequência de incidentes entre os novos gestores do Ministério e os integrantes da Rede de Pontos de Cultura e da Comissão Nacional de Pontos de Cultura.

As avaliações sobre o Programa realizadas pelo Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas – IPEA apontavam várias fragilidades na operacionalidade do mesmo. Nos dois últimos anos do governo Lula, com a gestão do Ministro Juca Ferreira, o Ministério acelerou o processo de federalização do Cultura Viva, além de também investir nas ações de internacionalização. Foram realizados convênios e repassados recursos especialmente para os estados, e também para alguns municípios, visando o lançamento de novos editais. Nessa fase, o Programa passa a ter parte

significativa de sua gestão sob a responsabilidade das secretarias estaduais e municipais¹⁵.

Em 2010, o Programa Cultura Viva já havia ultrapassado as fronteiras nacionais: era reconhecido internacionalmente, como afirmou Fuentes Firmani (2018). Desenhos de outros programas inspirados nele começavam a ser rascunhados pelos países da América Latina, como é o caso do programa argentino “Puntos de Cultura “

Uma das características estratégicas do Cultura Viva presente nos objetivos (e discursos) iniciais do governo era a de incentivo permanente para a construção e manutenção de redes que permitissem cooperação, trocas e aprendizagem (já nos referimos rapidamente às redes na seção anterior). Segundo Deborah Lima:

Dentro do Cultura Viva podemos falar de várias redes, ou várias faces de uma mesma rede. Para citar algumas: existe a rede formal de Pontos de Cultura vinculados ao Estado, existe a Teia como um encontro nacional (e também uma rede) que arregimenta e catalisa novas discussões e coloca a rede em movimento e também existe a rede virtual, que acalenta e alimenta a discussão cotidiana sobre os problemas dos pontos. (LIMA, 2013, p. 98).

Essas redes, desde cedo, extrapolaram os limites geográficos, as barreiras territoriais, independente tanto dos diálogos entre os governos, quanto da adoção do Programa pelos diversos países. Como afirma Alexandre Santini, o primeiro contato de “agentes culturais latino-americanos com o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura foi na primeira TEIA Nacional, em São Paulo, no ano de 2006” (SANTINI, 2017, p. 143), onde vários representantes de grupos teatrais ligados a Rede Latino-Americana de Teatro em Comunidade participaram do evento. Segundo Lima:

As Teias funcionavam como este espaço de interação entre os pontos, mas também como instância política. Afinal a Teia abriga o Fórum Nacional de Pontos de Cultura: um colegiado com um representante por cada Ponto de Cultura. No Fórum eles se reúnem em grupos temáticos de reflexão sobre o Cultura Viva e em cada

¹⁵ Dessa ação resultaram vários desdobramentos territoriais, pois diversos desses convênios tinham uma validade de quatro anos e muitos tiveram seus prazos de execução ampliados ou renovados.

um elegem os representantes a comporem a Comissão Nacional de Pontos de Cultura. A CNPdC é a responsável por fazer mediação entre Pontos e o Minc. (LIMA, 2013, p. 94)

A primeira Teia ocorreu no Pavilhão da Bienal de Arte de São Paulo, com atividades realizadas nos auditórios do Museu de Arte Moderna, do Museu de Arte Contemporânea e no SESC Vila Mariana. Foi considerada um marco na publicização do Programa (nacional e internacional) e na ativação das ações em rede¹⁶.

O programa gerava um encantamento muito grande (expressão presente em diversos estudos sobre o programa) entre aqueles que participavam, de alguma maneira, das ações desenvolvidas. Falava-se do empoderamento da sociedade civil, da garantia dos direitos culturais, do respeito à diversidade cultural, de gestão compartilhada, enfim, da construção de uma sociedade mais democrática, menos desigual.

No mesmo momento em que vários impasses dentro do governo brasileiro diminuía a capacidade de operação do Programa no âmbito do governo Federal, as relações e diálogos com o restante da América Latina se ampliavam. Segundo Albino Rubim:

Em contraste com a paralisia brasileira, floresceu na América Latina a partir de 2010 um movimento que foi denominado de Cultura Viva Comunitária. Já no ano de 2009, no III Congresso Ibero-Americano de Cultura, promovido pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), em São Paulo, aconteceram diálogos. Mas o marco inicial do processo ocorreu em Medellín, de 13 a 16 de outubro de 2010, no Encuentro de Redes Latinoamérica Plataforma Puente – 100 Organizaciones Socioculturales. [...] Neste mesmo ano, realizou-se uma marcha em Buenos Aires e a entrega na Casa Rosada de proposta de lei Cultura Viva. (RUBIM, 2017, p. 220).

Essa influência do Programa Cultura Viva sobre o cenário Latino Americano – descrita por alguns autores como filosófica ou quase espiritual – é ressaltada na publicação das Memórias do Fórum Nacional Cultura Viva Comunitária (CASTRILLÓN, ROLDÁN, 2012) ocorrido em Medellín, em 2012, em uma ação que envolveu as cidades de Cali, Bogotá e Medellín. Logo na

¹⁶ As Teias nacionais seguiram ocorrendo anualmente até 2008, depois ocorreu mais uma em 2010 e mais uma em 2014. No final de 2016 havia a previsão de mais uma edição em Salvador e da retomada das ações de implementação do Programa, mas o golpe contra a presidenta Dilma, que levou ao processo de *impeachment*, resultou no gradativo desmonte do MinC, programas, políticas e projetos que vinham sendo implementados.

apresentação, o organizador da publicação, Jairo Castrillón Roldán, relata que:

Este Foro se convocó a su vez en coherencia con procesos desatados en varios lugares de América Latina bajo el concepto de Plataforma Puente de Cultura Viva Comunitaria, inspirados en el modelo brasileño de los Puntos de Cultura y que busca articular las experiencias culturales con sentido comunitario de diversos países de América Latina. (CASTRILLÓN ROLDÁN, 2012, p. 7).

Castrillón Roldán chama a atenção para a existência, ou a persistência, de uma campanha que segue por toda a América Latina de valorização e visibilização de atividades culturais realizadas nos lugarejos, pelos povos tradicionais, pelas comunidades, pelos grupos periféricos. A esse conjunto de atividades que ocorrem (e sempre ocorreram) se denomina Cultura Viva Comunitária.

Jorge Iván Blandón Cardona, autor do primeiro artigo da publicação das Memórias do Fórum de Medellín, inicia seus escritos saudando o que ele considerava naquele momento como uma espécie de som que vinha, ou que ecoava, de todos os cantos da América Latina. Blandón Cardona recorda que o crescente movimento teve alguns momentos de fortalecimento e mobilização, em solo brasileiro, tais como o Fórum Social Mundial, ocorrido em Belém do Pará em 2009 (ao qual já nos referimos), e o II Congresso Ibero-americano, ocorrido em São Paulo no mesmo ano. Entre 2009 e 2012:

Fueron pasando distintas conversaciones que hoy nos permiten tener una versión que toma la esencia y espiritualidad del Programa Cultura Viva de Brasil (con lo “comunitario” como un elemento agregado en Colombia), como unidad de la gente en sus territorios, como espacio de realización y transformaciones. (BLANDÓN CARDONA, 2012, p. 12).

Os dois eventos ocorridos no ano de 2009 foram de especial importância para a articulação interna e para os desdobramentos das influências do Cultura Viva no cenário latino-americano. Alexandre Santini relembra que no Fórum Social Mundial em Belém houve também uma mesa realizada pelo Instituto Pólis, de São Paulo, na época um Pontão de Cultura, que reuniu “uma centena de participantes, entre representantes

de Pontos de Cultura do Brasil e de diversas organizações culturais comunitárias da América Latina, especialmente do Peru, Argentina e Colômbia”. (SANTINI, 2017, p. 145). O encontro fortaleceu um movimento intenso de diálogos e trocas entre diversos participantes no sentido da construção de uma articulação maior na direção da garantia dos direitos e da cidadania cultural das mais diversas iniciativas territoriais e comunitárias. Segundo Castrillón Roldán: “*Cultura Viva Comunitária es entonces una expresión nueva que nombra, da sentido y visibiliza estas prácticas culturales inventadas ya hace varias décadas en los barrios y poblados de nuestros países*”. (CASTRILLÓN ROLDÁN, 2012, p. 7).

Ainda em 2009, além da realização do II Congresso Iberoamericano em São Paulo, onde as questões da ampliação do Programa pelo continente foram tratadas, houve um esforço do legislativo brasileiro, através da Senadora Marisa Serrano, de inserir a questão da disseminação dos Pontos de Cultura nas discussões do Parlamento do Mercosul (Parlasul) – composto pela Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

Em 2010, ocorreu o Encontro Latino Americano Plataforma Puente, na cidade de Medellín, com a participação de mais de cem organizações culturais comunitárias e que resultou no lançamento da rede continental Plataforma Puente Cultura Viva Comunitária. A Plataforma Puente tem um papel fundamental de articulação da luta dos grupos e organizações de Cultura Viva Comunitária latino-americanos em torno de alguns pontos tais como: fazer com que os países do continente garantam a todos os cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais; que os governo implantem modelos de gestão participativa que levem a construção da democracia cultura, ou ainda da garantia da destinação de 1% do orçamento nacional para a cultura e 0,1% para a cultura comunitária. O Instituto Pólis em seu site, define da seguinte maneira a Plataforma Puente:

É uma gestão conjunta entre redes que tratam de políticas de arte e cultura, arte e transformação social, arte como ponte para a saúde, arte e educação e da comunicação para o desenvolvimento da América Latina. Esta união continental se fundamenta no projeto Cultura Viva Comunitária e tem como fim o fortalecimento das

organizações comunitárias em toda a América Latina a partir do intercâmbio de experiências. (PÓLIS, s./d.)

Segundo Célio Turino (2015), ainda em 2010, ocorreu uma marcha, com aproximadamente 500 pessoas na Argentina, mais especificamente na cidade de Buenos Aires, que tinha como objetivo entregar na Casa Rosada (sede do governo) uma proposta de criação dos Pontos de Cultura. Ele relembra que, na ocasião, teve a oportunidade de conversar com deputados e senadores argentinos sobre o projeto¹⁷. No mesmo artigo, Célio Turino também rememora que na cidade de Guatemala, em agosto de 2011, ocorreu uma outra marcha pelas ruas da capital em defesa da Cultura Viva: “pessoas caminhando em pernas de paus gigantes, demonstrando uma habilidade ancestral que tem origem na cultura Maia, grupos de crianças, jovens, fanfarras, artistas de teatro, circo, dança, ativistas de direitos humanos defendendo a vida”. (TURINO, 2015, p. 46).

Um relatório da Municipalidade de Lima, por exemplo, nos informa que o programa Cultura Viva Comunitária foi implantado em 2011 na cidade, em um claro esforço de alterar o paradigma até então vigente na implementação de políticas públicas de cultura. Passando do centralismo para a descentralização, desistindo do projeto de “levar a cultura para a gente” e sim, fortalecendo os processos culturais existentes em cada comunidade. (MÉNDEZ, 2014, p. 1-2)

O movimento de “transbordamento” do Cultura Viva seguiu de maneira intensa pela América Latina. Em 2012, na Colômbia ocorreu o Fórum Cultura Viva Comunitária para a criação de uma política pública de Cultura Viva Comunitária, seguindo uma trilha aberta pelos Pontos de Cultura brasileiros, pelas experiências de Medellín e da implantação do programa na Argentina. (SIERRA VÁSQUEZ, 2012, p. 2).

Em 2013, ocorre em La Paz (Bolívia) o 1º Congresso Latinoamericano de Cultura Viva Comunitária. O documento de conclusão do Congresso, sistematizado pela Plataforma Puente, nos apresenta uma definição de Cultura Viva Comunitária.

¹⁷ Célio narra ter participado do movimento. Essa é a mesma marcha a que se referiu Albino Rubim em uma citação anterior.

- Somos expresiones comunitarias que privilegian en la cultura los procesos sobre los productos, los colectivos y las personas en la realización de la emoción y la belleza.
- es un movimiento continental de arraigo comunitario, local, creciente y convergente que asume a las culturas y sus manifestaciones como un bien universal y pilar efectivo del desarrollo humano.
- también es una lucha, un esfuerzo por el logro de políticas públicas construidas desde la gente. (PLATAFORMA PUENTE, 2013, p. 8).

Olhando para as discussões e definições que continuavam a ser elaboradas e desdobradas, podemos afirmar que em 2014, uma década após sua criação, o Programa Cultura Viva havia tanto extrapolou, definitivamente, as fronteiras nacionais, sendo apropriado por governos e movimentos culturais e sociais latino-americanos, quanto agregou internamente o conceito de comunitário herdado dos irmãos continentais.

4. Pontos de Cultura na Argentina: um exemplo complementar

Podemos dizer que a proposta da replicação do Programa Cultura Viva, realizada nos encontros do Parlamento do Mercosul, teve como um primeiro resultado a adoção do desenho do programa pela Argentina. Em 2011 foram realizados os primeiros editais do programa “*Puntos de Cultura*”. Segundo Sánchez Salinas e Fernández (2021), o lançamento do Programa no país foi fruto de um contexto influenciado por movimento em nível internacional, regional e local. Ou seja, no nível internacional havia um importante movimento que destacava o papel fundamental da cultura no processo de desenvolvimento dos países. Em termos regionais tínhamos a gestão do Presidente Lula e do Ministro Gilberto Gil com o programa Cultura Viva que financiava iniciativas de organizações culturais comunitárias, as integrava em rede, fortalecendo-as e valorizando os trabalhos territoriais. E em termos nacionais a participação de grupos e movimentos argentinos, em especial o do coletivo *Pueblo Hace Cultura*, no processo de criação e ativamento da *Plataforma Puente* (já tratada

anteriormente) e na luta por recursos para a cultura comunitária. (SÁNCHEZ SALINAS; FERNÁNDEZ, 2021, p. 108).

Segundo Diego Benhabib, coordenador do Programa “*Puntos de Cultura*” do Ministério da Cultura Argentino, o programa além de ter se inspirado na experiência brasileira, foi também uma readequação de vários programas de subsídio governamental vigentes. (BENHABIB, 2018, p. 232).

Ao recompor a trajetória dos programas e ações culturais implementados a partir de 2005 até a criação do Programa *Puntos de Cultura* (2011), Benhabib chama a atenção para o fato de que havia uma confluência em torno de alguns princípios sobre os quais se construía os conceitos de políticas culturais que iam sendo operados pelos diversos países da América Latina. Entre eles estavam o da valorização da cultura comunitária e o da construção de desenhos de gestão compartilhada. Ainda, segundo o gestor:

Desde mediados de 2010 se empezaron a realizar algunas reuniones con el colectivo Pueblo Hace Cultura, que estaba elaborando un proyecto participativo de Ley Nacional de Puntos de Cultura, sobre la base del programa homónimo de Brasil y en recomendación de norma del Parlamento del Mercado Común (MERCOSUR) de 2009. (BENHABIB, 2018, p. 239).

O Programa argentino talvez tenha sido aquele em que o desenho mais se aproximou do que vigorava no Programa Cultura Viva brasileiro. Havia linhas de apoio econômico, entrega de equipamentos para registro audiovisual das atividades, realização de capacitações de pessoal, interconexão entre os pontos de cultura, com previsão da realização de encontros nacionais e regionais (como as Teias brasileiras).

Um dos pontos centrais na Argentina (assim como no Brasil) foi o do estímulo à construção, assim como ao fortalecimento de redes de cultura comunitária a partir das organizações da sociedade civil. Cabia ao Estado o apoio financeiro e técnico para que esses objetivos fossem alcançados. Para o Programa:

Los Puntos de Cultura son espacios de construcción colectiva que expresan la identidad cultural de las comunidades en las que están insertos. Son lugares de integración social y producción de utopías, deseos de mundos posibles y planteo de alternativas para su concreción. Los Puntos de Cultura tienen una íntima relación con su entorno establecen articulaciones con otras instituciones y son sumamente significativos en tanto experiencia de desarrollo de una "cultura viva", en la búsqueda del "buen vivir en su horizonte. (BENHABIB, 2018, p. 242).

Segundo os estudos de Ana Wortman, uma das prioridades do programa argentino era a de promover a descentralização da cultura e a integração desses diversos atores espalhados pelo território. E, acrescenta que "los Puntos de Cultura funcionaban a partir de una gestión compartida entre el Estado y la comunidad para la articulación de acciones y proyectos ya existentes en el territorio." (WORTMAN, 2017, p. 149) Os pontos foram distribuídos por todas as províncias argentinas, buscando implementar um processo de descentralização cultural – ainda que, em 2015, 126 deles (dos 449 existentes) ficassem localizados na província de Buenos Aires, sendo que destes 64 na cidade especificamente (WORTMAN, 2017, p. 152). Na conclusão do artigo a autora reforça a noção de que o Programa Cultura Viva na Argentina, assim como em outros países latino-americanos, constituiu uma visão renovada de políticas culturais em estreito diálogo com ações anteriores que buscaram fortalecer a sociedade civil.

5. Reflexões finais

O Programa Cultura Viva abriu trilhas na direção de novos paradigmas no que tange a elaboração das políticas públicas de cultura. Porém, agora mesmo no ano de 2022, é muito necessário continuar o processo de pavimentá-las, fortalecendo os alicerces e acertando alguns desvios, para que estas se tornem uma verdadeira estrada cultural Brasil a dentro, ou melhor continente adentro, ultrapassando as barreiras andinas¹⁸. Os

¹⁸ Ainda que no momento da escrita do presente artigo o país vivencie um processo de perseguição e desvalorização do campo da cultura, em especial aquelas ligadas às matrizes africanas e indígenas. O atual

desdobramentos dos processos de disputas políticas no Brasil e na América Latina como um todo nesse final da segunda década do século XXI, resultaram em uma série de descontinuidades e retrocessos de projetos, programas e políticas que de alguma maneira pretendiam quitar algumas das dívidas históricas do continente latino-americano com diversos segmentos das nossas sociedades que sempre estiveram em posições subalternizadas, com seus direitos subtraídos, conhecendo ao Estado, muitas vezes, somente as ações de violência, de repressão. Em seu artigo escrito publicado em 2017, Ana Wortman (2017) conclui com a preocupação sobre os rumos que serão tomados pelas políticas culturais de base comunitária, assim como sobre o destino das instituições nelas envolvidas. A experiência do Programa Cultura Viva em um diálogo potente com os grupos, coletivos, territorialidades da América Latina resultou na formação de redes e intercâmbios como, por exemplo, a criação da Plataforma Puente. A capacidade de mobilização e de cooperação entre os grupos nas suas diversas nacionalidades e, mesmo, línguas, revelou uma pequena parte da riqueza e do vigor cultural do continente.

Este artigo escolheu o ano de 2014 como limite cronológico da abordagem a ser realizada, porém isso não significa que o Programa no Brasil e em suas versões da latino-americanas tenham desaparecido. A estruturação do Programa IBERCULTURA Viva, a realização dos congressos do Cultura Viva Comunitária, a realização de editais municipalizados e estadualizados do Programa Cultura Viva no Brasil, os fóruns e os encontros internacionais continuaram a ocorrer. Porém não podemos deixar de remarcar que a partir de 2016, ora com golpes contra a democracia (como foi o caso do *impeachment* da Presidenta Dilma), ora com manobras políticas, ora mesmo com a chegada de grupos conservadores e de direita ao poder através das eleições. Alguns dos avanços democráticos realizados desde o final do século XX e início do XXI vêm sofrendo duros ataques, chegando, muitas vezes, a um desmonte efetivo das ações, políticas e legislações.

governo brasileiro segue no desmonte das políticas e das iniciativas dos governos anteriores e da constante perseguição ideológica, política e moral ao conjunto das atividades artísticas e culturais.

A luta dos movimentos culturais de base comunitária torna-se ainda mais importante frente a essa conjuntura de franco ataque contra o conjunto das manifestações culturais que, em verdade, reconhece a potência, o poder da mobilização coletiva, a capacidade agregadora e transformadora da arte, a magia dos conhecimentos ancestrais que garantem a sobrevivência nos tempos difíceis. O movimento da Cultura Viva Comunitária é um elemento fundamental para a alimentação da luta e da esperança por melhores tempos.

6. Referências

BARBALHO, Alexandre; BEZERRA, Jocastra. As culturas populares nas políticas culturais: Uma disputa de sentidos. **PragMatizes Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**. Ano 5. n. 8. pp. 67-81. out. 14 / mai. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10402/7241>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BENHABIB, Diego. Puntos de Cultura. Dinámica de lo impensado. In: PRATO, Anna Valeria; SEGURA, María Soledad. **Estado, sociedade civil y políticas culturales - Rupturas y continuidades en Argentina (2003-2007)**. Argentina: Caseros: REC Libros, 2018. pp. 231-256.. Disponível em: <https://rdu.unc.edu.ar/bitstream/handle/11086/14460/PratoSegura%20EstadoSociedadCivilyPol%C3%ADticasCulturales%202018%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BLANDÓN CARDONA, Jorge Iván. Hoy toda Latinoamérica “es un latir de bombo” que suena a cultura viva comunitaria. In: CASTRILLÓN ROLDÁN, Jairo Adolfo (Comp.). **La cultura es Viva y Comunitaria en los barrios y poblados de Nuestra América Latina** (Memorias del Foro de Cultura Viva Comunitaria). Medellín: Corporación Cultural Canchimalos; Ministerio de la Cultura de Colombia, 2012. p. 11-14. Disponível em: <https://ia600409.us.archive.org/0/items/MemoriaForoCVCMedellin/Memoria%20Foro%20CVC%20Medell%C3%ADn.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRANT, Kênia Faria. **O cordel na superfluidade do mundo contemporâneo**. Orientador: Dr. João Batista Santiago Sobrinho. 2013. 138f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos de Linguagens (POSLING) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Minas Gerais. 2013. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/governadorvaladares/pesquisa/teses-e-dissertacoes/kenia_brant.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1992.

CASTRILLÓN ROLDÁN, Jairo Adolfo (Comp.). **La cultura es Viva y Comunitaria en los barrios y poblados de Nuestra América Latina** (Memorias del Foro de Cultura Viva Comunitaria). Medellín: Corporação Cultural Canchimalos; Ministério da Cultura da Colômbia, 2012. 108p. Disponível em: <https://ia600409.us.archive.org/0/items/MemoriaForoCVCMedellin/Memoria%20Foro%20CVC%20Medell%C3%ADn.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.

FUENTES FIRMANI, Emiliano. IberCultura Viva: cooperación cultural, gobierno y organizaciones. In: PRATO, Anna Valeria; SEGURA, María Soledad. **Estado, sociedade civil y políticas culturales - Rupturas y continuidades en Argentina (2003-2007)**. Argentina: Caseros: REC Libros, 2018. pp. 201-230. Disponível em: <https://rdu.unc.edu.ar/bitstream/handle/11086/14460/PratoSegura%20EstadoSociedadCivilyPol%C3%ADticasCulturales%202018%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões**. Brasília, DF: Ipea, 2011. 261 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3043/1/Livro-Cultura_viva-as_pr%C3%AAticas_de_pontos_e_pont%C3%B5es. Acesso em: 10 jun. 2022.

LIMA, Deborah Rebello. **As Teias de uma rede: uma análise do Programa Cultura Viva**. Orientador: Dr. Mario Grynszpan. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado). História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/11482>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MÉNDEZ, Gloria María Lescano. **Balance programa Cultura Viva Comunitaria**. Lima, DF: Municipalidad de Lima, 2014. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/16374>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MEYER-BISCH, Patrice. A centralidade dos direitos culturais, pontos de contato entre diversidade e direito. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 11, p. 27-42, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/revista-observatorio-ic-n-11-2>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MINC (Ministério da Cultura, Brasil). **Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**. 3a. ed. rev. Brasília, DF: Ideal Gráfica e Editora, s.d. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/MinC-2010-Programa_Na

[cional_Arte_Educacao_Cidadania_Economia_Solidaria-3a_Edicao.pdf](#).

Acesso em: 10 jun. 2022.

PLATAFORMA PUENTE. Conclusiones, resoluciones y plan de trabajo. **Congreso Latinoamericano Cultura Viva Comunitaria**. 1. La Paz. 2013. Disponível em: <https://montevideo.gub.uy/sites/default/files/biblioteca/conclusiones-lapaz.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PÓLIS. **Plataforma Puente**. Disponível em <http://antigo.polis.org.br/acoes/plataforma-puente/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Veredas Abertas da América Latina. **PragMatizes: Revista Latinoamericana de Estudo em Cultura**, ano 7, n. 12, 217-224, out. 2016/mar. 2017. DOI: [10.22409/pragmatizes2017.12.a10455](https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10455).

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Apontamentos sobre cultura e política na América do Sul. In: Congresso Internacional FOMERCO, n. 18. 28-30 set. 2021 [online], **Anais**. Rio de Janeiro: FoMerco. 2021. pp. 1- 15. Disponível em: https://www.congresso2021.fomerco.com.br/resources/anais/14/fomerco2021/1635685035_ARQUIVO_ce83fad1d1fd67e73eed701f291efcc2.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022

SÁNCHEZ SALINAS, Romina; FERNÁNDEZ, Clarisa Inés. La política cultura en territorio: análisis de Puntos de Cultura desde la dimensión del reconocimiento. **Comunicación y Medios**, v. 30, n. 44, p. 106-117, 2021. DOI: [10.5354/0719-1529.2022.60975](https://doi.org/10.5354/0719-1529.2022.60975)

SANTINI, Alexandre. **Cultura Viva Comunitária**: políticas culturais no Brasil e na América Latina. Rio de Janeiro: ANF Produções, 2017.

SIERRA VÁSQUEZ, Juan Fernando. Hacia la construcción de una política pública de cultura viva comunitaria. Documento síntesis de las discusiones del Foro. **Foro Nacional Cultura Viva Comunitária**, Medellín, 26-28 set. 2012. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/16221>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, Frederico A. Barbosa; ARAÚJO, Herton Ellery (org.). **Cultura Viva: Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania**. Brasília, IPEA, set. 2010. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cultura_viva.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

TURINO, Célio. **Pontos de Cultura**: o Brasil de baixo para cima. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010. Disponível em: <https://iberculturaviva.org/wp-content/uploads/2016/02/C%C3%A9lioTurino-04-A1-Final-Baixa.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TURINO, Célio. Desmonte do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma. **Portal Fórum** [online]. 7 jul. 2013. Disponível

em:

https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Turino-Desmonte_programa%20Cultura_Viva.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

TURINO, Célio. Cultura a unir os povos. **P2P & Inov**, v. 1, n. 2, p. 46-53, 2015. DOI: [10.21721/p2p.2015v1n2.p46-53](https://doi.org/10.21721/p2p.2015v1n2.p46-53)

WORTMAN, Ana. Políticas culturales y legitimidad, políticas culturales en tiempos de crisis: el caso del Programa Puntos de Cultura en Argentina. **Políticas Culturais em Revista**, v. 10, n. 1, p. 138-160, jan/jun. 2017. DOI: [10.9771/pcr.v10i1.22060](https://doi.org/10.9771/pcr.v10i1.22060)